DOSSIÊ

MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR: NOTAS E TENSIONAMENTOS

MARKERS OF SOCIAL DIFFERENCE AND STUDENT PERMANENCE IN THE HIGHER EDUCATION: NOTES AND TENSIONING

Alexandro Silva[55]

Submissão: 31/08/2016 Revisão: 09/09/2016 Aceite: 09/09/2016

Resumo: Este artigo problematiza a operacionalização de políticas públicas na área da educação a partir de questões incidentes na permanência estudantil de estudantes universitários da rede federal de ensino. Coloca em perspectiva interseccional políticas públicas educacionais, vivências estudantis e gestão institucional como estratégia para pensar as possibilidades de manutenção e ruptura da condição desigual que caracteriza a sociedade brasileira. Por meio de uma etnografia em um campus de uma universidade federal, reúne observações, relatos e sínteses sobre razões e motivos da busca por atendimento psicológico para apresentar notas indicadoras da aproximação de alguns fenômenos do contexto universitário que mantem o tensionamento entre estudantes, universidade e sociedade.

Palavras chave: Permanência Estudantil. Marcadores sociais da diferença. Gênero. Identidade de gênero.

Abstract: This article discusses the implementation of public policies in higher education from incidents issues in federal schools. Puts into perspective intersectional educational policies, student experiences and institutional management as a strategy to think maintenance possibilities and break the uneven condition that characterizes the Brazilian society. Through an ethnography on a campus of a federal university, gathers observations, reports and summaries of reasons and motives of seeking psychological care to present indicator notes the approach of some university context of the phenomena that keeps the tension between students, university and society.

Keywords: Student Permanence. Social markers of difference. Gender. Gender identity.

[55] Formação (licenciatura e formação de psicólogo) pela UNESP/Bauru. Especialização em Gestão de Serviços de Saúde pela Faculdade Signorelli. Mestrado em ciências pela Unifesp. É técnico administrativo em educação, lotado no Núcleo de Apoio ao Estudante, da UNIFESP - campus Baixada Santista. Contato: alexandro.silva@unifesp.br.

Demarcando os lugares de fala

O texto que ora apresento é parte de um processo de pesquisa desenvolvido no contexto de atuação profissional do qual faço parte. Enquanto técnico em assuntos educacionais / psicólogo da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista, componho junto a uma equipe multiprofissional aquilo que institucionalmente atribuiu-se o nome de Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE).

Esta inserção implica o enfrentamento de questões histórico-culturais que se apresentam por meio do atual processo de democratização do ensino público superior, da tradição institucional onde me encontro e das questões que os estudantes trazem quando buscam a assistência estudantil. Entre estas e outras questões, há o esforço de não institucionalização que a prática profissional realizada por longos períodos no mesmo contexto pode recair, e, dessa forma, os processos de afastar o familiar e tornar familiar as zonas de indeterminação que incidem sobre meu trabalho têm sido possíveis por meio das pesquisas que desenvolvo no campo da permanência estudantil.

Dessa forma, o que trago para esta discussão é um agrupamento de questões seguindo a ideia de indicador, conforme discutido por González Rey (2005). Para o autor, os indicadores e seus subindicadores agrupam cenas, questões, discursos, temas, entre outras formas de organização, que nos ajudam nos consecutivos processos de nos aproximar de um campo, uma questão, um problema. O indicador não pressupõe uma tradução fiel da questão sobre a qual nos debruçamos, mas aposta na possibilidade de produzir sínteses que nos ajudem a compreender essas questões por meio dos avanços que as análises nos permitem, sejam estas por negação, reiteração ou superação daquilo que nos propomos discutir.

Nesse sentido, o indicador "marcadores sociais da diferença" emergiu, ao lado de outros, de um processo de pesquisa etnográfica que intersecciona minhas vivências de atuação profissional - que se dá por observações, escutas e

intervenções - e a análise dos motivos justificados pelos estudantes da procura por atendimento psicológico. O levantamento desses motivos foi realizado por meio dos prontuários de 136 estudantes, no período de 2010 a 2014, sendo estudantes tanto da graduação (94,85%), quanto da residência multiprofissional (2,94%) e pós-graduação (2,21%). Estes estudantes permaneceram em atendimento individual por mais de 5 encontros, o que possibilitou a compreensão do motivo de procura por atendimento psicológico bem como a intersecção deste motivo inicial com outras questões da trajetória universitária que se configuraram como importantes. A procura majoritária foi de estudantes do sexo feminino (74,41%), o que acompanha a distribuição de gênero do campus no qual a pesquisa foi realizada. A busca por atendimento psicológico foi motivada por encaminhamento interno (51,47%), demanda espontânea (33,82%) e encaminhamento externo (14,71%). A análise da informação dos prontuários foi realizada por meio da análise de discurso (Orlandi, 2011) e posteriormente pela intersecção de temas e sua ligação com o espaço acadêmico (Zárate, 2014).

Tradicional categoria de análise das ciências sociais, os marcadores sociais da diferença (Pelúcio, 2011; Henning, 2015) foram incorporados nesta pesquisa para dar visibilidade à produção de hierarquias e desigualdades no espaço concreto da universidade pública. Questões como gênero, raça/etnia, identidade de gênero, classe, trajetória de escola pública, sexualidade e orientação sexual emergiram como situações que incidem interseccionalmente na produção das relações universitárias como fonte se sofrimento ético-político (Sawaia, 1999) e reiteradores de processos sociais mais amplos como a instrumentalização da diferença para a produção da desigualdade.

Assim, o indicador "marcadores sociais da diferença" agrupa este campo de questões buscando ampliar o raio de análise que parte do sujeito, indo para a instituição e a sociedade. Esta questão é importante porque a informação da qual partimos provem de demanda por atendimento psicológico, ou seja, os

estudantes que trouxeram essas questões traziam sofrimento e/ou dificuldades de pertencimento e permanência no contexto acadêmico em razão das marcas sociais que os distinguiam dos demais estudantes. Nesse sentido, a possibilidade de uma compreensão e intervenção profissional requeria a todo momento um movimento de deslocamento entre as questões subjetivas (sofrimento/dificuldade) e a produção de incidências (políticas / institucionais) que demarcavam aquele fenômeno singular que, na busca pelo psicólogo da instituição, poderia ser psicologizado.

Para Sawaia (1999), no campo de desenvolvimento daquilo que chamamos de ciência, a subjetividade foi historicamente ou negada ou secundarizada como fonte de produção de conhecimento. Como veremos, os motivos que trouxeram estudantes universitários para atendimento psicológico nos permitem observar movimentos de várias escalas (pessoais, sociais, políticas, relacionais, institucionais) que se interseccionam e produzem tensionamentos. Os tensionamentos que analisamos provêm do sofrimento ético-político de estudantes universitários que buscaram apoio psicológico, de forma individual, para as questões que incidiam sobre seus marcadores sociais da diferença. Embora isso diga alguma coisa sobre o contexto acadêmico do qual essas questões emergiram, isso não diz tudo. Na universidade existem outros movimentos que buscam lidar com esses tensionamentos por meio de diversas agências e acionamentos, todavia, para este trabalho, nos deteremos no sofrimento ético-político trazido em acolhimento institucional.

Para contextualizar a discussão é importante situar as escalas de produção da vivência estudantil. Dessa forma, precisamos localizar historicamente alguns breves pontos do processo de democratização do ensino superior no Brasil, as políticas públicas destinadas à permanência estudantil e a instituição de onde parte este estudo.

Ensino Público Superior: uma escala de compreensão macropolítica

No Brasil, a questão do ensino público superior é fonte de diversas interpretações acerca de sua história e função. O que muitos debatedores concordam é que não é possível falar sobre o ensino superior de forma genérica e desligada da realidade social brasileira. Acompanhando os ciclos de desenvolvimento do país, a universidade pública passou por vários ciclos de expansão (Macedo *et al,* 2005; Fávero, 2006; Gisi, 2006) de acordo com os ciclos de desenvolvimento social e econômico pelos quais o país se desenvolveu, tanto em escala interna quanto em escala externa pois o caráter de dependência econômica, cultural e tecnológica é uma constante em nosso processo social.

De colônia, da qual o império não via necessidade de estabelecimento de universidades, privilegiando os estudos na Europa, à atual inserção do país em um mundo globalizado, o que tivemos de constante nesse período histórico foi a característica de sermos um país extremamente desigual em sua distribuição social e econômica. As formas como essa desigualdade incide nos processos de expansão do ensino público superior têm variado no que tange à oferta de vagas, ao acesso, a permanência e a conclusão dos cursos de graduação, sem contudo dar mostras de que esta mesma desigualdade seja impactada por movimentos de maior ou menor expansão da universidade.

> Basta lembrar que ela foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias, sem uma definição clara no sentido de que, por suas próprias funções, deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento (Fávero, 2006, p. 19).

A questão do modelo de expansão do ensino superior público é uma interrogação constante, tanto do ponto de vista de sua potencialidade histórica quanto do ponto de vista de sua agência contemporânea, sobretudo no que concerne a sua real condição de agente potencializador de mudanças sociais,

mais pontualmente sobre sua incidência na redução das iniquidades e desigualdade social.

Para Dias Sobrinho (2010), sem mudanças estruturais nos termos de uma mudança histórico cultural, o processo de expansão das universidades públicas, por si só, não é capaz de garantir a redução das desigualdades sociais; o que ciclicamente reiteraria o processo de uma expansão excludente e por consequência manteria este mesmo processo em movimento. Ciente de que as crises da universidade sofrem incidência de fatores macroestruturais, o autor reflete que

> a comunidade acadêmico-científica também é um importante ator nas transformações do mundo. A crise da educação superior é parte da crise estrutural. A educação superior pode contribuir para a solução de muitos problemas, mas também para a permanência de outros (Dias Sobrimho, 2010, p. 1225-1226).

Por outro lado, alguns autores indicam a possibilidade de construção de rupturas com os padrões estruturais de forma gradual, sem um ponto de cisão radical (Guarnieri & Melo-Silva, 2007), sobretudo apostando nas fissuras causadas no modelo político de educação superior pública, pela inserção de estudantes de camadas sociais tradicionalmente afastadas das universidades. Esta inserção produziria, na série histórica do processo político educacional do país, condições para que as condições de desigualdade fossem reduzidas.

Ambas argumentações trabalham com hipóteses críticas, que se valem de evidências histórico culturais que se permitem delinear como propostas, no entanto, como assinalado por Fávero (2006), apostar na política de educação superior como *Ponto de Arquimedes* a partir do qual a realidade social, em sua condição de desigualdade, seja radicalmente mudada é desconsiderar as múltiplas determinações da questão social, muito embora a educação tenha uma incidência que não se pode desconsiderar quando se pensa em processos de transformação da realidade.

Se não rompe com a tradição social da qual faz parte, sobretudo por ser apropriada por segmentos sociais que não dialogam com os interesses da população, interna e/ou externa, a universidade assimila seus condicionantes e reproduz os mesmos processos de hierarquização e produção de desigualdade.

Dentro de um processo histórico específico, situado por uma lógica de incidência política igualmente específica, o próprio REUNI (Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais - Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007) pode ser compreendido dentro desta agência social que é limiar. Se o tomarmos de forma isolada, sem compreender a finalidade ético-política decorrente das análises do Plano Nacional de Educação, todas as etapas que configuram-no perdem a finalidade de mudança social que o engendra. Isolado das políticas de acesso e permanência, o REUNI foi instrumentalizado como aporte financeiro e não como mecanismo de inclusão e desenvolvimento social.

Expandir e reestruturar unidades já criadas ou projetadas não necessariamente responde às finalidades do Programa, isto porque – apesar das condicionalidades que configuram-no – muitas vezes as universidades não se abrem àquele público cuja trajetória não coincide com o público que tradicionalmente adentrou o ensino público de nível superior. Estes novos processos velados de seleção (repetências contínuas, produção de não pertencimento, silenciamento de processos de tensão entre públicos distintos, entre outras questões), reiteram formas de apartação que nem as políticas de acesso nem as políticas de permanência conseguem incidir. As pessoas vão entrar, terão auxílios financeiros para prosseguir e possivelmente irão se formar, mas os processos de formação para a subalternidade serão inócuos para o processo de formação social como um todo?

Do lugar de onde se fala, de quem se diz: uma escala de análise micropolítica

O lugar onde esta etnografia ocorreu é um dos campus que compõe uma universidade multi*campi* da região sudeste. Da faculdade temática na área da saúde, que ocupou o centro regulador do processo de expansão dos demais *campi,* à universidade que foi expandida a cinco municípios e diversas áreas do conhecimento, diversos processos alternam-se na gestão desta expansão; seja por assimilação ao modelo de gestão patrimonialista (Faoro, 2001; Rodrigues *et al*, 2008) que lhe é fundante, seja pela mística de uma formação de excelência que lhe é tributada por tradição, diversos hiatos podem ser observados na produção das relações institucionais, e para nossa discussão, a relação da universidade – nos termos de suas políticas institucionais – com os estudantes que dela fazem parte diz muito da intersecção de lugares que produzem e reproduzem a universidade em sua relação com a sociedade; relação esta constantemente tensionada pela agência dos próprios estudantes, técnicos e docentes que, no silenciamento programado pelas relações patrimonialistas, trazem problematizações ao "canto das sereias" (Homero, 2009) das versões oficiais a respeito do acontece na universidade.

Institucionalmente cabe à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), criada em 2010, a operacionalização das políticas delineadas em um órgão colegiado, não paritário, chamado Conselho de Assuntos Estudantis. Em tese, por ter representantes de todos os *campi* o Conselho seria o aglutinador de questões que envolvem os ciclos de formação estudantil, e, a partir deste lugar centralizador, dispararia as políticas institucionais que organizariam a atenção ao estudante. Enquanto dispositivo formal, a lógica de organização é bem estruturada, todavia, na vivência cotidiana, as disputas entre concepções, demandas e interesses entre o centro regulador e os *campi* é ruidosa.

Embora exista um programa de concessão de auxílios que até o momento trabalha com o custeio para além daquilo que é financiado pelo

governo federal, ou seja, não apresenta restrições de inserção para quem cumpre os critérios de elegibilidade para o acesso; a concessão de auxílios tem limites precisos e um contexto regional de mercado inflacionado pois a cidade de Santos registra um alto nível de preços para aluguéis, uma vez que o campus não dispõe de moradia universitária. Além da concessão de auxílios, existe uma composição multiprofissional para realizar aquilo que se pressupõe como acolhimento institucional, referenciado pelos parâmetros do PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil – decreto n. 7234 de 19 de julho de 2010). A esta equipe é reservado o lugar de operacionalização das políticas institucionais, o que em tese significaria o acolhimento das questões trazidas pelos estudantes, outros técnicos, docentes e gestores, e a construção de estratégias de articulação entre demandas e capacidade de resposta institucional. Tudo em tese.

Existe um hiato entre o discurso da formação para a excelência, que é lastreado pelo curso de maior prestígio, o de medicina, e a criação de condições concretas de apropriação e pertencimento ao contexto da universidade como um todo. Cada vez mais com características de universidade operacional, como apontado por Chauí (1999), que pode ser observado, entre outras formas, pela maneira como o próprio espaço da universidade, e aqui nos referimos ao campus onde referenciamos estas observações, é constituído como um lugar de passagem, fluxo contínuo, sem estratégias arquitetônicas e/ou de mobiliário que propiciem o ficar, o encontro. Evidentemente que os próprios estudantes criam suas estratégias, mas o espaço como indutor de práticas está bem constituído no sentido contrário; sem espaços para sentar, sem lugares para encontrar, só resta ir e vir no desenvolvimento de atividades acadêmicas.

A observação das relações pelos corredores, a escuta daquilo que chega por meio do acolhimento vai apontando a produção de opacidades entre discursos e práticas. Para o público cujo acesso é garantido por seu lugar de pertencimento social isto não se torna problemático, uma vez que a formação

operacional não incide no repertório característico de sua trajetória anterior à ao ingresso na universidade; entretanto, para o público não esperado, a incitação que o esvaziamento do espaço público condiciona, pode ter incidência sobre a forma como a aquisição de uma formação meramente técnica pode acarretar.

Marcadores sociais da diferença

Chamo aqui de marcadores sociais da diferença a síntese de questões trazidas por estudantes, conforme a descrição realizada no início do texto. Duas questões precisam ser esclarecidas: primeiro, esta condensação tem ligação com os marcadores sociais da diferença, como categoria de análise das ciências sociais - naquilo que elucidam sobre as formas - enquanto elementos caracterizadores da condição humana, são instrumentalizados para a produção de distinções e hierarquias na produção da desigualdade social. No entanto, neste texto, os marcadores sociais da diferença foram organizados como indicadores, na perspectiva de González Rey (2005) para condensar a experiência de estudantes universitários que, no contexto acadêmico, têm essas marcas identificadas como produtoras de não pertencimento e desigualdade no contexto da universidade. Enquanto na primeira acepção importam os elementos, interseccionados ou não, para este trabalho importa a possibilidade de condensação de vivências que partem da experiência da desigualdade como fonte de tensionamento de sua permanência na universidade. Segundo, a seleção do acesso a este lugar privilegiado de escuta destas questões – o atendimento psicológico individual – não exclui a compreensão de que isto implica um filtro que precisa ser pensado. Além das representações do significado da procura por atendimento psicológico, não é possível ignorar o fato de que nem todos estudantes têm conhecimento da possibilidade de acesso ao profissional. Com isto, este acolhimento muito provavelmente captou seletivamente um conjunto de vivências e deixou de captar outros conjuntos.

Igualmente importante é marcar o ponto de análise que processa estes registros. Dentro de uma perspectiva que considera a produção da subjetividade como uma construção ético-política, esta subjetividade ao mesmo tempo que informa processos singulares de cada pessoa, informa igualmente as incidências que seu contexto mediato e imediato têm sobre estas produções (Sawaia, 1999).

Em um lugar tradicionalmente marcado pela presença de herdeiros (Bourdieu & Passeron, 2014), a progressiva abertura da universidade por meio das cotas permitiu, via tensionamentos, a emergência de conflitos que permaneciam silenciados. A observação do cotidiano, tanto nas relações verticais (docentes/veteranos) quanto nas horizontais (outros estudantes) nos permite dizer que até a consolidação do processo de justiça histórica instaurado pelas cotas, e consequentemente a possibilidade de grupos com marcadores sociais da diferença se encontrarem e se reconhecerem em um contexto de disputa, a irrupção de questões ligadas aos marcadores sociais eram invisibilizadas. As estratégias eram/são diversas: a desqualificação dos posicionamentos que partiam dos marcadores, sobretudo se tais posicionamentos não estavam embalados sob o discurso acadêmico. Outras formas de desqualificação ocorriam por meio do silenciamento dessas questões - em diversas cenas, o tensionamento que ocorria em razão de certos marcadores sociais era rapidamente desfeito quando um dos interlocutores desviava o foco do assunto emergente. Esta era uma das senhas que sinalizava que aquele assunto não tinha lugar naquele espaço, naquela relação. Por fim, a estratégia mais atual que é transportar a discussão para o campo do vitimismo. Nesta lógica, reconhecer-se no campo da desigualdade – seja lá por qual motivo for – seria uma forma ilegítima de busca por reconhecimento e igualdade. Nega-se ao sujeito a possibilidade de um lastro a partir do qual sua agência ganharia contornos e por conseguinte a possibilidade de enfrentamento às questões. Spivak (2010) nos conta destes interditos em sua reflexão sobre as formas como discursos não autorizados dificilmente irrompem contextos dominantes.

Interessante notar que a busca por atendimento psicológico como uma forma de lidar com a produção da subalternidade, do silenciamento, do não-lugar, tinha uma dupla função: era uma busca por reconhecimento de uma dor, um lugar possível de escuta; ao mesmo tempo que grande parte do que vinha como sofrimento ético-político (Sawaia,1999) chegava como psicologização do social, ou seja, o sofrimento difuso expresso por desmotivação, desamparo, conflitos, crises, dificilmente era reconhecido como resultado de um conjunto de incidentes contextuais. Essa formulação ocorria somente após o desvelamento desses processos que incidiam sobre os estudantes.

Questões como gênero, identidade de gênero, orientação sexual, raça, etnia, classe, trajetória acadêmica de escola pública não figuravam como elementos identitários ou plataforma discursiva de sujeitos ou coletivos. Os processos de reconhecimento e coletivização começaram a despontar como formas de tensionamento e enfrentamento à invisibilidade e ao silêncio paulatinamente seguindo o processo gradual de ampliação e consolidação das cotas na universidade, que teve início em 2013.

Duas breves observações sobre gênero e identidade de gênero na universidade

Como já observado anteriormente, a produção de desigualdades a partir de diferenças significadas socialmente não ocorre de forma homogenea. O indicador "marcadores sociais da diferença" interseccionava internamente vários dispositivos classificatórios que dispunham a condição de determinados estudantes em escalas de valoração desigual no contexto da universidade. Ao lado deste indicador outros emergiram no processo de análise dos prontuários e da observação do mesmo contexto.

Nosso ponto, para esta discussão, é aproximar outras leituras para estes fenômenos. Ao lado de uma compreensão não psicologizante de processos subjetivos, do reconhecimento de que elementos distintivos no espaço

universitário operam produções e manutenções de relações desiguais, pretendemos trazer o elemento gestão institucional para refletir sua presença e ausência no tocante à função social que a universidade tem na manutenção ou ruptura com fenômenos sociais dessa natureza.

Dias Sobrinho (2010) nos chama atenção sobre o papel ético-político na universidade pública nos processos de emancipação humana e social. Não determinada por interesses de mercado, embora não os negue, caberia à universidade pública o lugar de experimentação, desenvolvimento e crítica às formas de vida, pautando-se pela negação das formas de desigualdade socialmente produzidas.

Como não podemos falar de universidade como uma entidade homogênea, sabemos que ela é formada pelo contexto social e traz as mesmas marcas de desigualdade deste contexto. Dessa forma, caberia à gestão institucional criar mecanismos indutores de uma cultura acadêmica cuja característica fosse a constante reiteração de sua diversidade e o direito às mesmas condições de trajetória, mesmo que isso implicasse em dispositivos desigualmente distribuídos.

Por cultura acadêmica, termo genérico, compreendemos os dispositivos mais formais como normas e regulamentos, assim como aqueles dispositivos mais espontâneos como o incentivo e apoio ao debate, o acolhimento de questões sintetizadoras de dificuldades e potências e a capacidade de compreender como estes dispositivos impactam na permanência estudantil como um todo.

Conforme alerta-nos Chauí (1999), a universidade operacional instrumentaliza a formação em uma perspectiva mercadológica, baseada em uma excelência instrumental, dando ênfase às dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas do processo de formação, portanto, sua gestão tem pouca ou quase nenhuma incidência sob processos institucionais que incidam sob questões ético-políticas. Esta perspectiva, como já assinalamos, orienta uma

forma de posição institucional cuja característica é a manutenção de desigualdades, mesmo que sob patamares diferentes: centraliza a agência por processos de mudança no sujeito e se desresponsabiliza por criar internamente cenários de vivência dessa quebra de paradigma social.

Destacamos as questões de gênero e identidade de gênero por nos ajudar a compreender como a permanência estudantil é impactada pela forma como, enquanto marcadores sociais da diferença, são assumidas ou não pela instituição como incidentes na produção das relações universitárias e sociais como um todo.

Como já assinalamos, a observação dessas relações e a escuta de estudantes nos permite dizer que a emergência de discursos e ações de resistência ao silenciamento e manutenção de desigualdades é recente; no entanto, as práticas de desigualdade traduzidas em humilhação, abuso, violência e subalternidade têm histórico pregresso nas relações no interior da universidade.

A discussão sobre gênero e identidade de gênero permite um sobrevoo sobre essas questões.

Ainda que menos explícito nas relações universitárias, a violência contra mulheres e transexuais é ampla, difusa e invariavelmente invisível. O cruzamento de observações e relatos de estudantes indicam que é comum a violência sexual, seja ela por meio de abuso ou mesmo estupro e da transfobia nas relações institucionais.

Extremamente difícil de ser reconhecido, sobretudo pelos relatos que vão sendo colocados à medida que se constrói a confiança com os profissionais do acolhimento, os estupros fazem parte da rotina de muitas mulheres no contexto acadêmico. Reiteramos a questão do contexto acadêmico porque, em geral, esses acontecimentos se dão fora da universidade: em festas, encontros, viagens; entretanto, sua ocorrência envolve colegas que conheceram no contexto universitário e encontram rotineiramente. O roteiro obtido por meio

dos relatos é muito semelhante: a baixa resistência de mulheres ao consumo de bebida alcoólica e/ou consumo de determinadas drogas cria o contexto para relações sexuais não consentidas. O impacto inicial, quando os fragmentos de lembranças e memórias de colegas são acionados, é o de vergonha e sentimento de culpa. Como provavelmente reencontrará o colega em outros cenários da universidade, esses sentimentos tendem a ser potencializados. Soma-se a isso a ideia de que, sem saber o que de fato aconteceu, ainda lidar com a possibilidade de apontamentos entre colegas e a possibilidade de novas violências. Para grande parte dessas mulheres, a experiência do cotidiano na universidade vai perdendo progressivamente o sentido de pertencimento e a permanência torna-se um peso. São raras as situações nas quais as estudantes reagem ao estupro, especialmente de forma pública, exigindo intervenção institucional para a situação. Por um lado, há a vergonha, o medo, a dificuldade; por outro, questões como: qual o amparo institucional que existirá? Serei mais exposta? entre outras, dividem espaço com representações sobre a inércia institucional para este tipo de situação.

Se a violência ocorrida em espaços externos à universidade tem impactos em seu interior, a violência ocorrida internamente impacta igualmente. São comuns os relatos indicando o comportamento inadequado de agentes públicos (servidores e terceirizados) e colegas que se comportam de forma abusiva com mulheres estudantes. Segundo as mesmas, estes comportamentos envolvem a forma como são abordadas em locais de circulação, na solicitação de serviços e nas relações cotidianas. Os relatos indicam que há intencionalidade em manter invisível a forma como são assediadas por meio de gestos, tentativas de condicionar solicitações, desqualificação pela condição de mulher e abordagens abusivas.

Estes trechos servem como indicativo de vivências que nos ajudam a colocar perguntas e refletir sobre a condição de gênero no espaço público da universidade. Como poderia a gestão universitária, nos níveis centrais e locais,

produzir intervenções a partir de questões tão diversas? Não há resposta única e mais adequada. As possibilidades muito provavelmente variam conforme cada contexto. Uma parte do caminho já é produzido pelas próprias organizações horizontais do contexto. Os coletivos mantem a visibilidade das questões, cobram, criam estratégias de enfrentamento, mas têm limites. Muito do discurso dos coletivos, sobretudo os feministas, é descaracterizado pela máquina de deslegitimização posto em marcha pelos grupos contrários a esta ideia de empoderamento da mulher, acusando-os de vitimismo.

Institucionalmente, colocar o tema em discussão responde a uma parte da necessidade por intervenção e posicionamento. Lugar de excelência na produção de discursos, os debates ao redor da condição de gênero ficam restritos a situações pontuais, casos em que a violência ganha visibilidade por uma questão interna ou externa à universidade.

Ainda ligado à dimensão do gênero, mas tomando como referência a identidade de pessoas transexuais, muito do que se verifica nas relações de violência contra pessoas trans é potencializado quando observamos e escutamos seus relatos. Dentro do espectro da abjeção, quando falamos dos sujeitos que pesam (Butler, 2001) no horizonte das relações normativo-prescritivas, sobretudo ao pensar no circuito sexo-gênero-desejo, este grupo é o que mais sofre a violência institucional.

A universidade tem sua primeira resolução de nome social publicada em maio de 2012 – resolução CONSU, n. 73 de 09 de maio de 2012. Nela, por meio de um preambulo que reconhece portarias no âmbito do poder executivo que indicavam o direito à adoção do nome social por parte de transexuais, a universidade reitera este direito internamente em seus processos administrativos de identificação. Como parte de um modelo de gestão já descrito, nos termos de suas preocupações nos processos de formação, a crença de que esta importante manifestação de inclusão social – via processo administrativo de identificação – fosse, por si só, resolver possíveis conflitos e

minorar a violência, não foi observado. A observação das situações demonstrou que a violência, o preconceito, a discriminação – silenciosos e camuflados como na violência contra mulheres – encontrou fissuras pelas quais tornavam mais difícil a vida cotidiana dessas pessoas. Embora tenha redigido uma resolução que reconhecia o direito ao nome social, a universidade não adequou seus processos de informatização à realidade que supostamente estaria criando. Dessa forma, os nomes dessas pessoas figuravam – junto ao nome social – em diversas formas de identificação (crachá, listas de chamada, listas de turma etc). A escuta dessas situações revela dolorosas situações de constrangimento. Se a aparente medida da adoção do nome social poderia ser considerada um avanço em meio às poucas propostas concretas de direito à identidade destas pessoas, o cotidiano demonstrou que a violência simbólica que cerca este público é capaz de burlar até mesmo aquilo que foi garantido institucionalmente. Relatos de insistência em chamar pessoas de gênero oposto ao nome de assento civil, na presença de colegas de sala, foram diversos. Outros, nas relações de ensino-aprendizagem, indicavam a igual insistência em desconsiderar o gênero assumido ao usar pronomes de tratamento no gênero oposto. Há ainda, no caso específico, por ser um campus com ênfase na área da saúde, a insistência em trabalhar a questão da transexualidade sob uma perspectiva de transtorno mental (disforia de gênero), como descrita por manuais de diagnóstico. No conjunto, estas questões indicam que, se não assumir as questões ético-políticas que conformam o processo de formação de estudantes, a gestão institucional opera sua incidência administrativa dentro do modelo operacional descrito por Chauí (1999) como operacional. As justificativas institucionais de que a junção do nome de assento civil ao nome social era baseada em sistemas de informação não demonstram os pontos de inflexão do tema, pois sistemas de informação são construídos por pessoas, e, se não foram mudados, quais os motivos? A universidade operacional, centrada que está na discussão de temas que dão visibilidade política, não incorpora a radicalidade de adoção de determinadas

posições sociais; para ela, basta a visibilidade de uma ação administrativa que, para as pessoas envolvidas, não tem repercussão. No cotidiano, a violência, o preconceito e os processos de enfraquecimento da permanência vão sendo tocados pelas pessoas ao redor.

Finalizando o texto é preciso dizer que a questão do gênero e da identidade de gênero condensam experiências que foram agrupadas sob o indicador "marcadores sociais da diferença" no estudo em questão. Evidentemente, os elementos eleitos para esta questão não subsomem a extensão de experiências de mulheres e transexuais na universidade. Como indicador de experiências que subalternizam a vivência de pessoas em um processo de formação profissional nos perguntamos qual o impacto disso na ruptura e/ou manutenção de processos sociais mais amplos. Qual a excelência formativa que se busca desconsiderando-se a dimensão ético-política da formação profissional? Os subindicadores gênero e identidade de gênero nos mostram lapsos entre discursos e práticas institucionais que não podem ser ignorados. A forma como a produção de silêncios, silenciamento, invisibilidades e diversionismo é encarada ou não pelas instituições de ensino superior dizem muito sobre projetos societários, políticas institucionais e a incidência dessas questões na permanência estudantil. Muito provavelmente todas as pessoas que foram observadas em situações difíceis ou que partilharam suas experiências de desencontro com o contexto universitário vão se formar. O que se coloca em discussão é a forma como a universidade pública, dentro um projeto maior de requalificação social por meio da educação – tendo a Política Nacional de Educação (PNE), o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – traduz aquilo que as macro-políticas prescrevem como indutores de transformações sociais. Em contextos de gestão patrimonialista, todos estes discursos podem ser instrumentalizados em políticas institucionais opacas, não efetivas. Pensando

na operacionalização de políticas e ações concretas no cotidiano universitário, questões que estão lastreadas no domínio social mais amplo – sobretudo aquelas cuja natureza coopera com a produção de desigualdades – fazem parte da dimensão ético-política que os processos de formação não podem desconsiderar; não somente do ponto de vista do domínio do reconhecimento, mas, sobretudo, da vivência cotidiana. Estando alheia a esta possibilidade a universidade perde sua potência de transformação e cede lugar à tentação de se contentar tão somente com o discurso crítico-reprodutivista.

Referências

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **Os Herdeiros**: os estudantes e a cultura. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172

CHAUÍ, M. **A universidade operacional**. Folha de São Paulo, 09 de maio de 1999. Caderno Mais!

DIAS SOBRINHO, J. ***Educ. Soc.***, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010

FÁVERO, M.L.A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa em psicologia**. Caminhos e desafios. São Paulo: CENGAGE Learning, 2005.

FAORO, R. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 2001, 3ª edição revista

GISI, M.L. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n.17, p. 97-112, jan./abr. 2006.

GUARNIEI, F.V.; MELO-SILVA, L.M. Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. **Psicologia & Sociedade**; 19 (2): 70-78, 2007

HENNING, C.E. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença.

MEDIAÇÕES, Londrina, V. 20 N. 2, P. 97-128, JUL./DEZ. 2015

HOMERO. **Odisséia**. Tradução Manuel Odorico Mendes. São Paulo: Atena Editora, 2009.

MACEDO, A.R.; TREVISAN, L.M.V; TREVISAN, P.; MACEDO, C.S. Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.13, n.47, p. 127-148, abr./jun. 2005

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de apoio a planos de expansão e reestruturação das universidades federais** - Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Assistência Estudantil** – decreto n. 7234 de 19 de junho de 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sistema de Seleção Unificada** - Portaria normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal de São Paulo. **Resolução do Conselho Universitário que institui o nome social**, n. 73 de 09 de maio de 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Educação** - Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012, 10ª edição.

PELÚCIO, L. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. **Saúde Soc**. São Paulo, v.20, n.1, p.76-85, 2011

RODRIGUES, J., NEMI, ALL., LISBOA, KM., e BIONDI, L. A. (orgs.). **Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: ensaios sobre história e memória**. São Paulo: Unifesp, 2008. pp. 187-239.

SAWAIA, B.B. Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/ inclusão. In: SAWAIA, B,B. (org.). **As Artimanhas da exclusão** – análise psicossocial e ética da desigualdade social. São Paulo: Editora Vozes, 1999.

SPIVAK, G.C. **Pode o subalterno falar**? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZÁRATE, Maria Rodó. **Geografies de la interseccionalitat**: L´accés de la joventut a L´espai públic de Manresa. Tesi Doctoral. Doctorat em geografia. Departament de Geografia. Facultat de Filosofia i Lletres. Universitat Autònoma de Barcelona. 2014.